ANEXO VIII DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023 – CPL COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI 00049.008856/2022-14 - SEMCASPI

MP COMERCIO E SERVICO LTDA	C.N.P.J.	19.312.691/0001-97
Av. Paulo Pereira Gomes -1.156- Edif. Ventura- Sala 312- morada de Laranjeiras – Serra – Espirito Santo – Cep:29166-828	Insc. Estadual	082.999.60-0
REPRES: MARCEL ZUQUI GINELLI	Fone:	(37) 988030800
E-MAIL: mplicitacoes1@gmail.com		

COTA EXCLUSIVA – ITEM 55/ E-GOVERNE: 20463/ ESPECIFICAÇÃO: Máscara Respiradora descartável. Marca: MAPLE/ QUANTIDADE: 6500 (CXA)/ VALOR UNITÁRIO: R$ 5,50/ VALOR TOTAL: R$ 35.750,00/ VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 35.750,00.

ID: 000420354600312023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2023. SEMA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2023 SEMA/PMT/CPL OBRAS I PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00044.008983-2022-32 – SEMEC VALIDADE: 12 (DOZE) MESES Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três na Rua Firmino Pires, nº 121, Centro - Teresina - Telefax: (086) 3229-0000, na sede da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Teresina, representado por Ronney Wellington Marques Lustosa, inscrito no CPF sob nº 343.015.503-72 e as empresas qualificadas abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 9.175 de 12.02.2009, Decreto Municipal n° 20.697 de 08.03.2021, Decreto Federal Nº 7.892 de 23.01.2013 e Decreto n° 13.045, de 16.07.2013 e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o presente registro de preços, conforme decisão alcançada pela Pregoeira ALESSANDRO EUÁLIO DANTAS, documento eletrônico SEI nº (7340738) (7341180) (7341535) e HOMOLOGADA no documento do Processo Administrativo nº 00044.008983-2022-32-SEI, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2023- CPL OBRAS I .Os preços registrados constam da planilha de preços abaixo, devendo-se observar quanto ao fornecimento, as seguintes cláusulas e condições: 1. DO OBJETO 1.1. A presente Ata tem como objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS, IMPRESCINDÍVEIS E DE NATUREZA CONTÍNUA, EM 150 ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, 171 CENTROS DE MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E 14 (QUATORZE) PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS DA SEMEC. decorrente do Processo nº 00044.008983-2022-32, Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços n. 02/2023 - CPL OBRAS I, do qual este é integrante. 1.2. A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretária Municipal de Administração, responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa prestar o serviço, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição do Edital. 1.3. Desde a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, a detentora se obriga a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o satisfatório fornecimento/prestação dos serviços objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese sofra qualquer solução de continuidade. 1.4. A Contratante não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. 2. DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS 2.1. Caberá a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA, o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas vigentes. 2.2. São participantes os órgãos da administração direta e indireta que compõem a Prefeitura Municipal de Teresina listados abaixo: ADMINISTRAÇÃO DIRETA: Secretaria Municipal de Educação – SEMEC. 2.3. O órgão gerenciador (SEMA) é responsável pela consolidação das informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos órgãos participantes, promovendo adequações para atender aos requisitos de padronização e racionalização. 2.4. Os órgãos participantes (administração direta e indireta) serão responsáveis pela manifestação de interesse em participar do processo de licitação, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua demanda, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação, devendo ainda: 2.4.1. Garantir que os atos relativos a sua inclusão na Licitação estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente; 2.4.2. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância ou não com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; 2.4.3. Todos os órgãos participantes receberão ofício circular solicitando sua aquiescência, ou não, e deverão manifestar-se, por escrito, caso não queiram participar. 3. DO PREÇO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO 3.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas dos detentores de preços desta Ata, e servirão de bases para futuras aquisições, observadas as condições do mercado. 3.2. As empresas registradas nesta Ata de Registro de Preços são: V. F SOUSA & CIA LTDA-EPP/ CNPJ-CGC nº: 12.190.146/0001-26/ Inscrição Estadual nº: isento/ Endereço: Av. São Raimindo , 149, Bairro Piaçarra –Sala A, CEP: 64.017-090, Cidade: TERESINA, Estado: PI, Telefone: (86) 99981-6145, E-mail comercial: grupojas_@hotmail.com; LP TOTAL SERVICE LTDA – ME/ CNPJ-CGC nº: 10.846.808/00001-48/ Inscrição Estadual nº: 19.511.956-8/ Endereço: Rua Manoel Paz, 1676 , Bairro Macauba, CEP: 64.016-108, Cidade: TERESINA, Estado: PI, Telefone: (86)3221-1117, E-mail comercial: leplicitacao@gmail.com; COSTA E CARVALHO LTDA-EPP/ CNPJ-CGC nº: 02.960.929/0001-98/ Inscrição Estadual nº: 19.443.228-9/ Endereço: Av. Henry Wall de Carvalho , 10973, quadra g , lote 05 Sala 1, CEP: 64.034-280, Cidade: TERESINA, Estado: PI, Telefone: (86) 3220 5642, E-mail comercial: costaecarvalholtda@gmail.com; ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA/ CNPJ-CGC nº: 07.293.068/0001-55/ Inscrição Estadual nº: 19.405.017-0/ Endereço: Rua Francisco Brito Sousa, 3872, Bairro Vale Quem Tem, CEP: 64.037-195, Cidade: TERESINA, Estado: PI, Telefone: 86 999817521, E-mail comercial: aclacenter@gmail.com; CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA/ CNPJ-CGC nº: 02.414.944/0001-00/ Inscrição Estadual nº: 19.440.629-6/ Endereço: Rua Ari Barroso N° 778 – Monte Castelo, CEP: 64.016-240, Cidade: TERESINA, Estado: PI, Telefone: (86)3222-3528, E-mail comercial: oliveira.ltda@bol.com.br. 3.3. Os preços ofertados, especificação, quantidade estimada, marca do produto, empresa e representante legal encontram-se enunciados abaixo. 3.3.1. LOTE I - EMPRESA VENCEDORA: V. F SOUSA & CIA LTDA-EPP, CNPJ: 12.190.146/0001-26. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 2) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 3) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP; 4) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA. ITEM 1.1/ ESPECIFICAÇÃO: 28 ESCOLAS ZONA CENTRO/NORTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 3.314.524,18/ VALOR TOTAL: R$ 3.314.524,18. 3.3.2. LOTE II - EMPRESA VENCEDORA: LP TOTAL SERVICE LTDA – ME, CNPJ: 10.846.808/00001-48. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA; 2) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 3) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP. ITEM 2.1/ ESPECIFICAÇÃO: 45 ESCOLAS ZONA SUL/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 4.399.625,50/ VALOR TOTAL: R$ 4.399.625,50. 3.3.3. LOTE III - EMPRESA VENCEDORA: COSTA E CARVALHO LTDA-EPP, CNPJ: 02.960.929/0001-98. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 2) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 3) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP; 4) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA. ITEM 3.1/ ESPECIFICAÇÃO: 51 ESCOLAS ZONA LESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ R$ 5.111.185,00/ VALOR TOTAL: R$ 5.111.185,00. 3.3.4. LOTE IV - EMPRESA VENCEDORA: ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 07.293.068/0001-55. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) ASM SONTRUÇÕEA E LOCAÇÃO LTDA; 2) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 3) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 4) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA; 5) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP. ITEM 4.1/ ESPECIFICAÇÃO: 26 ESCOLAS ZONA SUDESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 2.375.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 2.375.000,00. 3.3.5. LOTE V – EMPRESA VENCEDORA: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 02.414.944/0001-00. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 2) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA; 3) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 4) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP. ITEM 5.1/ ESPECIFICAÇÃO; 42 CMEIS ZONA CENTRO/NORTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 4.211.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 4.211.000,00. 3.3.6. LOTE VI – EMPRESA VENCEDO-

RA: ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 07.293.068/0001-55. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 2) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA; 3) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 4) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP. ITEM 6.1/ ESPECIFICAÇÃO: 58 CMEIS ZONA SUL/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 5.249.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 5.249.000,00. 3.3.7. LOTE VII – EMPRESA VENCEDORA: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 02.414.944/0001-00. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 2) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 3) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP; 4) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA. ITEM 7.1/ ESPECIFICAÇÃO: 42 CMEIS ZONA LESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 3.987.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 3.987.000,00. 3.3.8. LOTE VIII - EMPRESA VENCEDORA: ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 07.293.068/0001-55. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 2) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA; 3) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 4) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP. ITEM 8.1/ ESPECIFICAÇÃO; 29 CMEIS ZONA SUDESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 2.795.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 2.795.000,00. 3.3.9. LOTE IX - EMPRESA VENCEDORA: ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 07.293.068/0001-55. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1) CCR - CONSTRUCOES LTDA – EPP; 2) LP TOTAL SERVICE LTDA – ME; 3) J E ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO LTDA-ME; 4) M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA. ITEM 9.1/ ESPECIFICAÇÃO: 14 PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 1.390.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 1.390.000,00. 3.4. Para cada item constante desta Ata serão observadas, as apresentações dos preços, cumprimento das cláusulas e demais condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico – SRP n° 002/2023 – CPL OBRAS I, a proposta apresentada que a precedeu, e que integra o presente instrumento de compromisso. 3.5. O valor total estimado é de O valor total estimado é de R$ 32.832.334,68(Trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil e trezentos e tinta e quatro reais e sessenta e oito centavos), sendo: R$ 3.314.524,18 para a empresa VF SOUSA & CIA LTDA-EPP, R$ 4.399.625,50 para a empresa LP TOTAL SERVICE LTDA - ME , R$ 5.111.185,00 para a empresa COSTA E CARVALHO LTDA-EPP , R$ 11.809.000,00 para a empresa ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA e R$ 8.198.000,00 para a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA; 4. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre o Município, representado pelo Secretário Municipal de Administração - SEMA, e a(s) Detentora(s), terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação deste instrumento, incluídas nestas eventuais prorrogações. Podendo os contratos decorrentes desta serem prorrogados, por igual período, quando a proposta continuar se mostrando vantajosa, desde que haja interesse da Administração e aceitação das partes. Os contratos para a prestação de serviços decorrentes do SRP terão sua vigência em consonância com as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e nas prescrições do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/1993. 4.1.1. A(s) Empresa (s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços deverão manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias do término do contrato. A ausência do pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, item, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. 4.2. À Secretaria Municipal de Administração - SEMA, no atendimento do interesse público, fica assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção da prestação dos serviços, caso esta Ata com força de contrato não seja prorrogada, na forma do subitem acima. 5. PRAZO DE EXECUÇÃO 5.1. Conforme Termo de Referência, cada Ordem de Serviço terá o prazo conforme os serviços que estarão sendo solicitados. 6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS Os preços contratuais poderão ser reajustados com periodicidade anual, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base a data da apresentação das propostas, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas-FGV e publicados na seção de Índices Econômicos da revista “Conjuntura Econômica” da FGV, pela seguinte fórmula: Sendo: R = Valor do reajuste procurado; V = Valor contratual dos serviços a ser reajustado; Io= Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, pro rata dia; I = Índice relativo à data do reajuste, pro rata dia. 6.1. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional de Custo da Construção-INCC, Serviços de Engenharia, Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica. 6.2. Ocorrendo à hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Edital, o Contrato decorrente desta licitação se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes. 6.3. Em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços atribuíveis à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios: a) Se os índices aumentarem prevalecerão àqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras e/ou serviços seria realizada de conformidade com o programado no Cronograma Físico/Financeiro; b) Se os índices diminuírem prevalecerá àqueles vigentes nas datas em que as obras e/ou serviços forem executadas. 7. VIGÊNCIA DO CONTRATO 7.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses. 7.2 Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, de conformidade com o disposto no §1º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante solicitação expressa, desde que justificado por escrito e devidamente aprovado pela CONTRATANTE. 8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS 8.1. O serviço será recebido através de medição realizada pelo(a) engenheiro(a) fiscal onde será verificado a compatibilidade dos serviços com a O.S emitida, e a qualidade e quantidade dos serviços executados. 8.2. Se a qualidade ou características do material/serviço entregue não corresponderem às especificações exigidas no MEMORIAL DESCRITIVO, as aplicações deverão ser refeitas de acordo com a indicação dos fiscais designados, independentemente da aplicação das sanções cabíveis. 9. DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS 9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. 9.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. PARÁGRAFO ÚNICO. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. 10. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO 10.1. Cada aquisição/prestação de serviços deverá ser efetuada, de acordo com os quantitativos registrados mediante requisição da Secretaria Municipal de Educação-SEMEC 10.2. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico n° 002/2023– SRP/CPL OBRAS I. 10.3. Fica estabelecida a obrigatoriedade do detentor da Ata de atender os acréscimos ou supressão de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, conforme art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93. 10.4. Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços. 10.5 Conforme o art. 6º do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores ou prestadores de serviço quantos necessários, para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte: I - o preço registrado em Ata e a indicação dos respectivos

fornecedores ou prestadores de serviços serão divulgados no Diário Oficial do Município de Teresina - DOM e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços; II- quando das contratações decorrentes do registro de preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação dos fornecedores e prestadores de serviços constantes do mapa comparativo; § 1º Excepcionalmente, a critério do Órgão Gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, devidamente justificada e comprovada a vantagem e sendo as ofertas de valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços; § 2º Para efeito de registro, a classificação obedecerá à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, salvo quando o critério de julgamento estiver estabelecido no edital. 10.6 Conforme, art. 7º do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 a existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. 10.7 Conforme art. 8º do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 as licitantes remanescentes com preços classificados ficam obrigados ao fornecimento dos bens e serviços, quando solicitados pelo Órgão Gerenciador. 10.8 Conforme art. 10. Parágrafo único. do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 A Ata de Registro de Preços, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso do fornecimento ou da prestação do serviço nas condições estabelecidas. 10.9 Conforme art. 11. do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 a contratação com os fornecedores ou prestadores de serviço registrados, após a indicação pela Comissão de Licitação, Pregoeiro ou Órgão de Apoio, será formalizada pelo Órgão Gerenciador, através de contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62, da Lei Federal nº 8.666/1993. 10.10 Conforme art. 12. do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 toda e qualquer alteração que implique acréscimo nos valores contidos na Ata de Registro de Preços deverá ser precedida da apreciação pelo Gestor do contrato, que, discordando, recomendará à autoridade competente do Órgão Gerenciador a medida a ser adotada; § 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores; § 2º Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá: I - convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado; II - frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor; III - convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.; § 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: I - liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho; II - convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação; § 4º Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. 10.11. Conforme art. 13 do DECRETO 9.175 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009. o fornecedor do bem ou prestador do serviço poderá ter seu registro cancelado nos seguintes casos: I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; IV - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Municipal, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993; V - for impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal, nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002; VI - por razões de interesse público devidamente fundamentadas. § 1º Para os casos previstos nos incisos I, II, III, IV e V, deste artigo, fica o fornecedor ou prestador do serviço sujeito às penalidades previstas no edital de licitação e legislação municipal específica em vigor; § 2º O fornecedor ou prestador do serviço poderá solicitar o cancelamento dos preços registrados, através de correspondência, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, que fará parte integrante dos autos que deram origem ao Registro de Preços, facultada ao Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades previstas no edital de licitação e legislação municipal específica em vigor; § 3º No caso da não localização do fornecedor ou prestador do serviço, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município DOM, por 1 (uma) única vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada ao Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades previstas no edital de licitação e legislação municipal específica em vigor; § 4º Para a autorização de fornecimento ou empenho emitido, após a comunicação ao fornecedor ou prestador de serviço, assumem estes a obrigação de efetuar a entrega dos materiais ou a executar os serviços pelo valor empenhado. No caso do não cumprimento, serão aplicadas as penalidades previstas no edital de licitação e legislação municipal específica em vigor. 11. DAS PENALIDADES 11.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legais estabelecidas. 11.3. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do Contrato será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais: a) de 0,33% (trinta e três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a CONTRATANTE rescindirá o Contrato correspondente, aplicando-se à CONTRATADA as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93. 11.4. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a CONTRATADA: Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da CONTRATANTE, no cumprimento de suas atividades; Desatender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE; e c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida. 11.5. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a CONTRATADA: a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas; b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados; c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados. 11.6. A APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA NOS SEGUINTES CASOS: a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Teresina, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo; b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade; c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da CONTRATANTE, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade. 11.7. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Teresina pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do Contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação; b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Teresina nos seguintes prazos e situações: b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos: b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de Teresina; b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência. b.2) Por 01 (um) ano: b.2.1) Quando a CONTRATADA se recusar a assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE. b.3) Por 02 (dois) anos, quando a CONTRATADA: b.3.1) Não concluir os serviços contratados; b.3.2) Prestar os serviços em desacordo com o Projeto Básico, Especificações Técnicas ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no Edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela CONTRATANTE; b.3.3) Cometer

quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município de Teresina, ensejando a rescisão do Contrato ou frustração do processo licitatório; b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Teresina, em virtude de atos ilícitos praticados; b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste Contrato, sem anuência prévia da CONTRATANTE. b.4) Por 05 (cinco) anos, quando a CONTRATADA: b.4.1) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; b.4.2) Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; b.4.3) Receber qualquer uma das multas previstas e não efetuar o pagamento. 12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES 12.1. Compete à CONTRATANTE: 12.1.1. Expedir as ordens de serviço; 12.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço devidamente identificados com crachás e uniformes, conforme mencionados acima; 12.1.3. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA; 12.1.4. Promover a alocação inicial dos postos de serviço e devidos ajustes; 12.1.5. Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços; 12.1.6. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato; 12.1.7. Fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos; 12.1.8. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato; 12.1.9. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários; 12.1.10. Autorizar quaisquer serviços pertinentes ao conjunto de suas edificações, semelhantes aos descritos no objeto e de igual nível de complexidade, decorrentes de imprevistos durante a execução do contrato, mediante orçamento detalhado, previamente submetido e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, desde que comprovada a necessidade dos serviços. 12.1.11. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência; 12.1.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 12.1.13. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 12.1.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato; 12.1.15. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 12.1.16. Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato. 12.2. Compete à CONTRATADA: 12.2.1. Executar os serviços no(s) prazo (s) estipulados na Cláusula DOS PRAZOS e conforme especificações no projeto básico e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais; 12.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração; 12.2.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta; 12.2.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros; 12.2.5. Utilizar empregados habilitados e com qualificação mínima exigida dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor; 12.2.6. Apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e uniforme; 12.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE; 12.2.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da PMT, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso; 12.2.9. Relatar à Administração da CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; 12.2.10. Não permitir a utilização do trabalho do menor; 12.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 12.2.12. Somente celebrar contrato com terceiros (subcontratar), nos termos do contrato original firmado com a contratante, sob inteira e exclusiva responsabilidade, não podendo ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do objeto contrato, mediante autorização do contratante na pessoa do fiscal. 12.2.13. Orientar seus empregados quanto às normas e procedimentos a serem adotados durante o exercício de suas funções, bem como a fornecer os equipamentos de proteção individuais necessários à atividade desenvolvida. 12.2.14. Não permitir que seus empregados e/ou subcontratados designados para a execução dos serviços ora contratados desempenhem atividades diversas daquelas acordadas no presente instrumento. 12.2.15. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato. 12.2.16. Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público; 12.2.17. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados; 12.2.18. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados, assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos mesmos, acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto; 12.2.19. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios; 12.2.20. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência; 12.2.21. Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado; 12.2.22. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE; 12.2.23. Recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida; 12.2.24. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados; 12.2.25. Colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO da Contratante, diariamente, o número de funcionários, quando for o caso, o quantitativo necessário para cobertura de eventuais faltas, as quais serão motivos de glosa com base nos custos apresentados pela CONTRATADA, na fatura do mês correspondente, caso não haja reposição de pessoal num prazo máximo de 1 (uma) hora; 12.2.26. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, etc.; 12.2.27. Fornecer 2 (dois) uniformes para cada funcionário, semestralmente, sujeitos à aprovação da FISCALIZAÇÃO; 12.2.28. Fornecer e colocar à disposição do CONTRATANTE estoque suficiente dos materiais, que somente será pago pelo efetivo recebimento; 12.2.29. Colocar à disposição do CONTRATANTE o quantitativo de equipamentos/ferramentas necessários à perfeita realização dos serviços, que deverão estar em ótimas e permanentes condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas; 12.2.30. Utilizar equipamentos/ferramentas de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do CONTRATANTE e à prestação dos serviços; 12.2.31. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade; 12.2.32. Relacionar, antes de iniciar os serviços, os equipamentos/ferramentas a serem utilizados, fornecendo sua descrição sumária, e apresentar previamente para avaliação e aprovação da fiscalização; 12.2.33. Manter, nas dependências do CONTRATANTE, devidamente identificadas, a quantidade e a espécie dos equipamentos/ferramentas necessários à execução dos serviços objeto do contrato, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado indispensável para a realização dos serviços; 12.2.34.1dentificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outra empresa prestadora de serviço; 12.2.35. Realizar a manutenção dos equipamentos/ferramentas e de seus acessórios necessária à execução dos serviços; 12.2.36. Substituir os equipamentos/ferramentas em até 48 (quarenta e oito) horas, quando apresentarem defeitos, devendo submeter os novos equipamentos à autorização formal da FISCALIZAÇÃO; 12.2.37. Substituir, imediatamente, a pedido da FISCALIZAÇÃO, sem que lhe caiba o direito de reclamação

ou indenização, os equipamentos/ferramentas que apresentarem rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade; 12.2.38. Não retirar os equipamentos e ferramentas das dependências da CONTRATANTE, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da FISCALIZAÇÃO; 12.2.39. Usar material constante nos anexos dos presentes autos ou outros produtos necessários, que estejam aprovados pelo fiscal, todos de primeira qualidade, com embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e às demais instalações do CONTRATANTE; 12.2.40. Comunicar, previamente, eventual necessidade de substituição de material especificado, com as devidas justificativas. O produto para reposição deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO e sua remessa cessará tão logo normalize a causa impeditiva; 12.2.41. Manter sede, filial ou escritório em Teresina-PI, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários; 12.2.42. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências dos locais de execução dos serviços, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário; 12.2.43. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE; 12.2.44. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; 12.2.45. Responsabilizar-se, por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação. 12.2.45. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato. 12.2.47. Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas. 12.2.48. A CONTRATADA deverá, ainda, se solicitado previamente pela CONTRATANTE, executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida. 12.2.49. São expressamente vedadas à CONTRATADA: a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato; b) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE; c) recorrer a setores ou servidores do CONTRANTANTE para efetuar reparos ou consertos em equipamentos de sua propriedade, devendo substituir qualquer equipamento julgado inadequado ou ineficiente para realização dos serviços 13. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas 13.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços; b) A detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa. c) A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços; d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro; e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução; f) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração; g) Sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. 13.1.1.1 A comunicação de cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Teresina, pelo menos por uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação. 13.1.1.2 Fica estabelecido que as detentoras da ata deverão comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Administração - SEMA, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos. 13.1.2. Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis. 13.1.21.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula 12, caso não aceitas as razões do pedido. 13.2. A rescisão ou suspensão do objeto com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias. 13.3. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s). 13.4 Registros do fornecedor serão cancelados quando: a) Descumprir as condições da ata de registro de preços; b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; c). Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar àqueles praticados no mercado; ou d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8666/93, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002. 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto desta licitação correrão à conta orçamentária de 2022 e exercícios seguintes, a saber: Classificação Orçamentária: 09001 . 12361 0009 2 . 612 - Manutenção e Apoio ao Escolar nas Escolas do Ensino Fundamental /09001 . 12365 0008 2 . 609 - Manutenção e melhoria da infraestrutura dos CMEI´s ; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos (FR): 1500200 - Recursos não vinculados de impostos – educação 15. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta à SEMA, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido no §4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013, bem como todos os parâmetros estipulados pelo Decreto nº 17.057/2017. 15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à SEMA, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação; 15.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador;15.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços acima do quantitativo previsto, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto no §3º e §4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013; 15.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador. 15.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme o §4° do art. 14-A do Decreto Municipal n° 13.405/2013. 15.7. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções: 15.7.1. O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, não podendo ultrapassar 100% do registrado na mesma; 15.7.2. Qualquer ato que o Órgão Carona, cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro; 15.7.3. O Órgão Carona fará o contato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação; 15.7.4. A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observando o prazo de vigência da ata. 16. SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO 16.1. Conforme Termo De Referência, a CONTRATADA somente celebrará contrato com terceiros (subcontratar), nos termos do contrato original firmado com a CONTRATANTE, sob inteira e exclusiva responsabilidade, não podendo ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do objeto contrato, mediante autorização da CONTRATANTE na pessoa do fiscal. 17. DISPOSIÇÕES GERAIS 17.1. O com-

promisso de aquisição de bens e/ou serviços só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços. 17.2. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS SEMA/ PMT a qualquer momento poderá cancelá-lo, desde que julgue conveniente ou oportuno, sem que tal decisão caiba recurso de sua detentora ou qualquer indenização por parte do Município. 17.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo). 17.4. Os pedidos às detentoras da Ata, deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de "fac- símile" ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição. 17.5. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal. 17.6. Caso o fornecimento do objeto não corresponda às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata. 17.7. O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P. independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação através da CONTRATANTE, nesse intervalo de tempo. 17.8. Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo Correio, via AR ou sob registro, considerando-se como efetivamente recebido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data da postagem, para todos os efeitos legais. 17.9. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Comissão Permanente de Licitação – CPL, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização. 17.10. As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir. 17.11. Ao detentor da Ata cabe assegurar o fornecimento do material/prestação dos serviços conforme definido na sua proposta e aceito pelo pregoeiro, sem prejuízo de todas disposições previstas no Código do Consumidor. 17.12. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P. é competente, por força de lei, o Foro da Comarca da Cidade de Teresina - Piauí, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93. 17.13. Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas. Signatário: Teresina-PI, 20 de junho de 2023. Ronney Wellington Marques Lustosa – CPF nº 345.015.503-72 Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA Prefeitura Municipal de Teresina/PI Gerenciador do SRP

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023– CPL OBRAS I
PROCESSO: 00044.008983-2022-32– SEMEC

Razão Social: V.FSOUSA & CIA LTDA-EPP		
CNPJ/CGC nº: 12.190.146/0001-26		Inscrição Estadual nº: insento
Endereço: Av. São Raimundo, 149, Bairro Piaçarra –Sala A		
CEP: 64.017-090 Cidade: TERESINA		Estado: PI
Telefone: (86) 99981-6145	e-mail comnercial: grupojas_@hotmail.com	

ITEM 1.1 - ESPECIFICAÇÃO: 28 ESCOLAS ZONA CENTRO/NORTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 3.314.524,18/ VALOR TOTAL: R$ 3.314.524,18. Teresina-PI, 20 de JUNHO de 2022. Contratado: V.FSOUSA & CIA LTDA-EPP. Observação: Fica a empresa contratada ciente do conteúdo da Ata de Registro de Preços nº 26/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº. 02/2023– CPL OBRAS I.

ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023– CPL OBRAS I
PROCESSO: 00044.008983-2022-32– SEMEC

Razão Social: LP TOTAL SERVICE LTDA - ME		
CNPJ/CGC nº: 10.846.808/00001-48		Inscrição Estadual nº:19.511.956-8
Endereço: Rua Manoel Paz, 1676 , Bairro Macauba		
CEP: 64.016-108	Cidade: TERESINA	Estado: PI
Telefone (86) 3221-1117	e-mail comercial: leplicitacao@gmail.com	

ITEM 2.1/ ESPECIFICAÇÃO: 45 ESCOLAS ZONA SUL/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 4.399.625,50/ VALOR TOTAL: R$ 4.399.625,50. Contratado: LP TOTAL SERVICE LTDA – ME Observação: Fica a empresa contratada ciente do conteúdo da Ata de Registro de Preços nº 26/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº. 02/2023– CPL OBRAS I.

ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023– CPL OBRAS I
PROCESSO: 00044.008983-2022-32– SEMEC

Razão Social: COSTA E CARVALHO LTDA-EPP		
CNPJ/CGC nº: 02.960.929/0001-98		Inscrição Estadual nº: 19.443.228-9
Endereço: Av. Henry Wall de Carvalho, 10973, quadra g , lote 05 Sala 1		
CEP: 64.034-280	Cidade: TERESINA	Estado: PI
Telefone: (86) 3220-5642	e-mail comercial: costaecarvalholtda@gmail.com	

ITEM 3.1/ ESPECIFICAÇÃO: 51 ESCOLAS ZONA LESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ R$ 5.111.185,00/ VALOR TOTAL: R$ 5.111.185,00. Contratado: COSTA E CARVALHO LTDA-EPP Observação: Fica a empresa contratada ciente do conteúdo da Ata de Registro de Preços nº 26/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº. 02/2023– CPL OBRAS I.

ANEXO IV DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023– CPL OBRAS I
PROCESSO: 00044.008983-2022-32– SEMEC

Razão Social: ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA		
CNPJ/CGC nº: 07.293.068/0001-55		Inscrição Estadual nº: 19.405.017-0
Endereço: Rua Francisco Brito Sousa, 3872, Bairro Vale Quem Tem		
CEP: 64.037-195	Cidade: TERESINA	Estado: PI
Telefone: (86) 99981-7521	e-mail comercial: aclacenter@gmail.com	

ITEM 4.1/ ESPECIFICAÇÃO: 26 ESCOLAS ZONA SUDESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 2.375.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 2.375.000,00; ITEM 6.1/ ESPECIFICAÇÃO: 58 CMEIS ZONA SUL/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 5.249.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 5.249.000,00; ITEM 8.1/ ESPECIFICAÇÃO; 29 CMEIS ZONA SUDESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 2.795.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 2.795.000,00; ITEM 9.1/ ESPECIFICAÇÃO: 14 PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 1.390.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 1.390.000,00. Contratado: ACLA CENTER COMERCIO E SERVICOS LTDA Observação: Fica a empresa contratada ciente do conteúdo da Ata de Registro de Preços nº 26/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº. 02/2023– CPL OBRAS I.

ANEXO V DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023– CPL OBRAS I
PROCESSO: 00044.008983-2022-32– SEMEC

Razão Social: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA		
CNPJ/CGC nº: 02.414.944/0001-00		Inscrição Estadual nº: 19.440.629-6
Endereço: Rua Ari Barroso N° 778 – Monte Castelo		
CEP: 64.016-240	Cidade: TERESINA	Estado: PI
Telefone: (86) 3222-3528	e-mail comercial: oliveira.ltda@bol.com.br	

ITEM 5.1/ ESPECIFICAÇÃO; 42 CMEIS ZONA CENTRO/NORTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 4.211.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 4.211.000,00; ITEM 7.1/ ESPECIFICAÇÃO: 42 CMEIS ZONA LESTE/ UNIDADE: 1/ QUANTIDADE: 1/ VALOR UNITÁRIO: R$ 3.987.000,00/ VALOR TOTAL: R$ 3.987.000,00. Contratado: CONS-

TRUTORA OLIVEIRA LTDA Observação: Fica a empresa contratada ciente do conteúdo da Ata de Registro de Preços nº 26/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº. 02/2023– CPL OBRAS I.

ID: 000420354600322023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2023. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 184/2022 – 4º Relançamento PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 00081.001774/2022-90 - ETURB/PMT VALIDADE: 12 (DOZE) MESES. Aos 26 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, na na sede da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA, situada na Rua Firmino Pires, nº 121, Centro/Norte, CEP 64001-070, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.869/0007- 50, neste ato representada pelo Sr. Secretário Ronney Wellington Marques Lustosa , inscrito no CPF sob nº 345.015.503-72, ao final assinado, e a empresa qualificada abaixo, nos termos da Lei nº 13.303/2016 , Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 9.175 de 02.02.2009, Decreto Municipal n° 20.697 de 08.03.2021, Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013 e Decreto n° 13.045, de 16.07.2013 e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços, conforme decisão alcançada pelo Pregoeiro GABRIEL BARBOSA DE AMORIM, Doc. SEI nº (5907226) e HOMOLOGADA conforme Doc. SEI nº 7430995, ambas do Processo Administrativo SEI Nº 00081.001774/2022-90-ETURB, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços n° 184/2022 - 4º RELANÇAMENTO – SEMA/PMT. Os preços registrados constam da planilha de preços abaixo, devendo-se observar quanto ao fornecimento, as seguintes cláusulas e condições: 1. DO OBJETO1.1 O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Eletrônico nº 184/2022 – 4º relançamento, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº. 8666/93, eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra necessária à execução de todos os serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos nas áreas de Assistente Social, Técnico Operacional – Nível Médio, Ouvidor, Jornalista e Administrador Sênior com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários e disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, aos moldes da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, para atender as demandas dos órgãos da Administração Direta e Indireta que compõem a Prefeitura de Teresina que manifestaram interesse em participar do certame. 1.2 O objeto desta licitação será solicitada diretamente a equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o serviço, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital. 1.3. Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar a satisfatória prestação dos serviços objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento do almoxarifado sofra qualquer solução de continuidade.1.4. A ETURB não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS Lote: 01; Item: 1.1; Descrição: Assistente Social; Quant. Postos: 10; Unid.: Posto (1 funcionário/mês); Quant. Total (Posto/Ano): 120; Valor Unitário: R$ 10.641,84; Valor Total Anual Estimado: R$ 1.277.020,80; Item: 1.2; Descrição: Técnico Operacional - Nível Médio; Quant. Postos: 25; Unid.: Posto (1 funcionário/mês); Quant. Total (Posto/Ano): 300; Valor Unitário: R$ 4.218,12; Valor Total Anual Estimado: R$ 1.265.436,00; Item: 1.3; Descrição: Ouvidor; Quant. Postos: 1; Unid.: Posto (1 funcionário/mês); Quant. Total (Posto/Ano): 12; Valor Unitário: R$ 3.178,30; Valor Total Anual Estimado: R$ 38.139,60; Item: 1.4; Descrição: Jornalista; Quant. Postos: 1; Unid.: Posto (1 funcionário/mês); Quant. Total (Posto/Ano): 12; Valor Unitário: R$ 5.005,13; Valor Total Anual Estimado: R$ 60.061,56; Item: 1.5; Descrição: Administradores Senior's; Quant. Postos: 2; Unid.: Posto (1 funcionário/mês); Quant. Total (Posto/Ano): 24; Valor Unitário: R$ 8.246,81; Valor Total Anual Estimado: R$ 197.923,44; VALOR TOTAL DO LOTE R$; Valor Total Anual Estimado: R$ 2.838.581,40. 3. ÓRGÃO GERENCIADOR 3.1. A Administração ou gerenciamento da presente Ata caberá à SEMA/PMT. 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS4.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública que não tenha participado do certamente objeto deste Edital, mediante prévia consulta à Administração desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido no §4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013; 4.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à administração, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação; 4.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador; 4.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nelas estabelecidas, optar pela aceitação do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços; 4.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do Órgão Gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do Órgão Gerenciador; 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. 4.6.1. O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, não podendo ultrapassar 50% de cada item do registrado; 4.7. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo Órgão Gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções: 4.7.1. Qualquer ato que o Órgão Carona cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão Gerenciador do registro; 4.8. O Órgão Carona fará o contrato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação; 4.9. A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observado o prazo de vigência da Ata; 4.10. Fica definido que a adesão à Ata de Registro de Preços, por Órgão e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Teresina-PI, deve ser precedida de prévia análise, pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos-SEMA, sobre a compatibilidade dos preços registrados com as cotações do mercado, conforme Decreto Municipal nº 20.697, de 3 de março de 2021, e com autorização expressa do Chefe de Executivo Municipal, uma vez que compete à Secretaria Municipal de Administração - SEMA a avaliação da compatibilidade dos preços quando da adesões municipais. 5. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 5.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de doze meses, contado da publicação no Diário Oficial do Município, incluídas eventuais prorrogações, conforme inciso IV do § 2º do art. 66 da Lei nº 13.303, de 2016. 5.1.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. 5.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento. 5.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito. 5.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições. 5.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência. 6. REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6.1. O fornecedor do bem ou prestador do serviço poderá ter seu registro cancelado nos seguintes casos: 6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; 6.1.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; 6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; 6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Municipal, nos termos do inciso IV, do